

O NEUTRO EM PSICANÁLISE: DA TÉCNICA À ÉTICA

Carolina Rodrigues Alves de Souza[★]
Daniel Menezes Coelho^{★★}

RESUMO

O presente artigo retoma a noção de neutralidade proveniente da técnica clínica psicanalítica, confrontando-a com noções próximas, tais como a neutralidade científica e o neutro na semiologia de Barthes. Procuramos demonstrar como tal noção descreve bem a postura analítica, exigida tanto do paciente (associação livre) quanto do analista (atenção flutuante), e como ela nasce na prática clínica freudiana, respondendo a problemas decorrentes dela. Assim, abordaremos os temas da hipnose e da sugestão, como também aqueles ligados à contra-transferência. Defenderemos, ainda, que a neutralidade não é apenas questão de técnica, mas é central para o entendimento da própria ética da psicanálise.

Palavras-chave: Psicanálise; neutralidade; técnica; ética.

THE NEUTER IN PSYCHOANALYSIS: FROM TECHNIQUE TO ETHICS

ABSTRACT

This article takes the notion of neutrality from the psychoanalytical clinic technique and confronts it with nearby notions like scientific neutrality or the neuter on Roland Barthes' semiology. We attempt to demonstrate how such notion describes well the analytical posture demanded from the patient (free association) and the analyst (floating attention), and how it borrows on the Freudian's practice to respond to problems found on that practice. For that, we'll discuss the themes of hypnosis and suggestion, as well as the ones related to the counter-transference. We'll yet defend that the neutrality isn't just about technique, but it is also central to the comprehension of psychoanalysis' ethics itself.

Keywords: Psychoanalysis; neutrality; techniques; ethics.

[★] Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é mestranda em Psicologia Social também pela Universidade Federal de Sergipe e trabalha em políticas públicas de assistência social em Centro de Referência Especializado (CREAS) de medidas socioeducativas.

E-mail: carolinarodriguesalves@gmail.com

^{★★} Psicóloga. Doutor em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é Professor Adjunto I da Universidade Federal de Sergipe. Endereço: Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação de Ciências Humanas, Departamento de Psicologia. Av. Marechal Rondon, s/n. Jardim Rosa Elze - Sao Cristovao, SE – Brasil. CEP: 49100-000.

E-mail: daniel7377@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em um de seus “Artigos sobre Técnica”¹, Freud propõe que o analista adote uma postura que se assemelhe àquela do cirurgião, pondo de lado seus sentimentos. Logo justifica que esta atitude consiste, para o analista, em uma proteção desejável para sua vida emocional, enquanto que, para o paciente, este seria o maior auxílio que lhe poderia ser dado (FREUD, 1996[1914], p.129). Essa indicação é feita no *Vocabulário da Psicanálise* de Laplanche e Pontalis (2001) para justificar a adoção do termo “neutralidade” – supõe-se, aí, que o conceito foi cunhado posteriormente, embasado numa postura já adotada por Freud. No entanto, nos mesmos artigos técnicos, mais especificamente no texto *Observações Sobre o Amor Transferencial*, flagramos Freud fazendo uso desta noção. Ele diz: “[...] não devemos abandonar a neutralidade para com a paciente, que adquirimos por manter controlada a contratransferência” (FREUD, 1996[1914], p. 182). Aqui, lemos Freud introduzindo a ideia de neutralidade como equivalente a uma postura não-contratransferencial. No parágrafo seguinte, ele aponta, junto a ela, a relação desta com a noção de abstinência, qual seja a de que o tratamento deveria acontecer abstendo o paciente da satisfação de seus desejos.

Dizemos que a noção de neutralidade foi, portanto, proposta por Freud, apesar de que a discussão sobre a técnica não tenha sido desenvolvida sobre o conceito propriamente dito. Lemos em sua obra toda uma construção teórica que nos aponta a postura do analista, e que iremos, então, chamar postura neutra.

Assim, mesmo que Freud utilize pouco o termo, é possível notar que ele tem importância central, definidora de certa postura na lida com o paciente que nos parece bem delimitar o próprio trabalho a ser feito. Ora, as bases técnicas da associação livre e da escuta flutuante seriam bem descritas desta forma: neutralidade frente ao que se fala e ao que se escuta. A quem pense que falamos aqui “apenas de técnica”, é preciso dizer que existe também, incessantemente, produção de neutros no campo teórico: indiferença da pulsão entre o amor e o ódio (FREUD, 1996[1914]), atravessamentos contínuos entre a pulsão de vida e a pulsão de morte (FREUD, 1996[1920]), indistinção entre a fantasia e a realidade (FREUD, 1996[1897]), mesmo entre o sim e o não (denegação, construções), que dizer do interesse de Freud pelos sentidos ambivalentes das palavras primitivas, ou pelo tema do *unheimlich*. Ainda, o significante sem significado de Lacan, seu uso da topologia da faixa de moebius, seu quase abuso das equívocas; ou ainda MD Magno e seu revirão.

Devemos a MD Magno, aliás, o apontamento da neutralidade como definidora de uma postura analítica. Magno, no entanto, prefere o termo *indiferença*, embora use frequentemente os dois como sinônimos. Seu pensamento guarda uma distinção, no entanto, que nos é extremamente esclarecedora, entre a indiferença (ou neutralidade) e o desinteresse. A indiferença de que se trata não é desinteressada. Ao contrário, coloca-se como disponibilidade ao interesse, como interesse desconfigurado, na esteira da atenção que Freud inventa na sua clínica, aquela dita flutuante, ou uniformemente suspensa.

DESEMARANHANDO A NEUTRALIDADE

Geralmente pensamos a neutralidade como lugar ou exigência de objetividade e de distanciamento, a partir da postura científica tradicional, na qual o cientista deve resguardar seu experimento de qualquer interesse seu, mas o argumento que nos guia é o de que a psicanálise conta com um arsenal teórico e com uma perspectiva clínica que lhe concede certas peculiaridades a serem levadas em conta.

Começemos por lembrar a posição de Freud quanto às relações entre a psicanálise e a ciência. Para ele, a psicanálise era um método científico de pesquisa, mas que ultrapassava a cientificidade que se conhecia até então, na medida em que levava a consideração científica até o inconsciente. Parece-nos desnecessário insistir aqui sobre as consequências disso para a própria ciência, que não mais pode pretender produzir-se a partir do lugar neutro que requisitava para si – aquele da objetividade, do distanciamento, da racionalidade consciente. O ego não é senhor em sua própria morada; a cultuada consciência humana não é senão uma ínfima parte do aparelho psíquico; somos impulsionados por desejos que não tem em si nenhuma nobreza de espírito (ASSOUN, 1995; COELHO, 2007).

Dessa forma, apesar da óbvia filiação, não é na neutralidade científica que encontraremos a chave da neutralidade analítica. Aqui, mais vale apontar a oposição: enquanto a primeira pauta-se na possibilidade de purificar os eventos e as variáveis, de controlar e eliminar o que pudesse interferir no processo, a segunda faz exatamente disso, da sujeira e do que pudesse interferir no processo, seus objetos maiores. É a fantasia que descredita a rememoração da histórica, o amor neurótico da transferência que se estabelece no lugar da cura, a insistência do paciente no sofrimento, a compulsão à repetição. Disso que nos queremos ver livres, a psicanálise faz seu campo de pesquisa.

Proporemos então tomar outro ponto de partida, talvez diametralmente oposto à ciência: a literatura. Roland Barthes proferiu em 1978, um curso no Collège de France exatamente consagrado ao neutro. Para ele, o neutro é uma esquivia ou suspensão do conflito; é o que burla o paradigma, ou melhor, o que rejeita escolher um sentido dentro de um conflito de oposições. Para Barthes, assim como para a noção que estamos tentando delinear na clínica analítica, não estar neste modo suspenso implica em escolher um sentido e sacrificar o outro que se lhe opõe (BARTHES, 2003).

MD Magno, de novo no campo da psicanálise, tem um entendimento bastante parecido. O neutro seria, não aquele que iguala o bem e o mal, mas aquele que se coloca indiferente a essa questão, que não escolhe um ou outro. O que se buscaria na clínica é a indiferenciação dos opostos, aliás, a indiferenciação de valores (FREUD, 1996[1900], p. 355). Primeiramente, porque não cabe aos analistas julgá-los; em segundo lugar, porque tal indiferenciação mesma se estabelecerá como a própria tarefa da análise, sua principal arma de cura, que reeditaria, aliás, o próprio funcionamento do inconsciente.

O autor explica que, em psicanálise, lidando com o que é inconsciente, somos sempre puxados para o que ele nomeia “maranha”: o que se enreda, o que se enrasca, o que nos envolve e nos embaraça em nossos próprios sintomas e resistências (MAGNO, 2000, p. 233). É quando estamos envolvidos nesta maranha que não conseguimos ver, ou escutar, e precisamos, portanto, encontrar um lugar de indiferenciação. Magno alerta, no entanto, que este lugar não consegue ser constante; somos chamados a lidar com aquelas oposições cotidianas e assim fazendo, voltamos a nos embaraçar na maranha (MAGNO, 2000, p.210). A análise, assim, seria um exercício, uma espécie de disciplina da evocação ou da passagem pelo lugar de neutralidade, apesar de todo o empuxo da maranha. Magno diz que “a invocação do neutro, a tentativa de indiferenciação, se houver alguma, é, portanto, a ética estrita da psicanálise, ou, pelo menos, a técnica fundamental de cura que pode oferecer” (MAGNO, 2000, p.235). A neutralidade se apresenta como uma prerrogativa que atravessa a clínica da psicanálise. É a ocupação deste lugar de neutralidade que passa a ser a ética do analista, tanto quanto da própria psicanálise.

O processo analítico é o definidor das ações do analista, mesmo que estes devam seguir alguns preceitos básicos, as técnicas. O que lhes cabe, principalmente, é a escuta, livre e “desemaranhada”, e é a partir dela, que definirão o tom do trabalho. Magno (2000, p.235) escreve: “nessa escuta, o psicanalista – qualquer um que o seja em qualquer situação – tem que tocar de ouvido, e não por música. A ordem é a do improvisado, é jazzística, e não sinfônica. [...] Quando, na verdade, o processo é jazzístico, nunca se sabe qual é a música do dia”.

Estamos longe, portanto, do que se entende mais usualmente como neutralidade. Retomando a concepção que vem do campo da ciência, de objetividade e distanciamento, trata-se primeiramente de reconhecer que isso é impossível. No laboratório psicanalítico, todo experimento é melado pela transferência, que invade o *setting* (o termo “melado” faz ecoar o que Freud (1996[1937]) chamava de “viscosidade” da libido, ou seja, a característica de aderência a certo objeto ou modo de obtenção de prazer, ao mesmo tempo que também ressoa com a ideia de fracasso, por seu uso popular). A seu cargo, fantasias, irrealidades, posições insustentáveis, sonhos, amores, ódios, enfim, tudo o que não é permitido pela exigência de neutralidade científica, que nos obrigaria a certa purificação do *setting*, ou ainda, mais contemporaneamente, à produção de evidências objetivas para além disso tudo. Ao contrário, fazemos disso tudo mesmo nosso objeto. Para isso serve a neutralidade clínica, para que possa considerar o que quer que seja, o que se julga inútil, o que atrapalha, o que se quer ver longe (ou não mais ver). Ainda também, para considerar o que não se quer perder, analisar o que se quer salvar, o que se considera indispensável, o que se gostaria de manter fora de questionamento. Estar neutro não significa isentar-se do que quer que seja, mas sim poder suportar o que causa aversão, assim como questionar o que causa atração. Tal postura é, devemos dizer, o oposto do recalque.

Partimos daqui, pensando para que nos serve esta neutralidade, o que levou os psicanalistas a tomarem-na para si, e as técnicas ou os processos básicos que os guiam. Para isso, recorreremos neste trabalho, aos conceitos de associação livre

e atenção fluante, com o intuito de que, tomando exigências de tal importância para a análise, possamos entender este lugar de neutralidade, a partir do que se espera da fala do analisando e da escuta do analista.

A FALA

Em seus primórdios, Freud contava com a parceria de Breuer na clínica que disponibilizava às histéricas. A técnica utilizada era a da hipnose com a ajuda da sugestão. Inspiravam-se na técnica hipnótica de Charcot, para quem a capacidade de desenvolvimento da doença estava vinculada a uma deterioração hereditária do cérebro e que os sintomas eram consequências acidentais desta deterioração. Freud e Breuer aceitavam a técnica, mas a explicação de Charcot não lhes satisfazia. O novo método proposto por Breuer possuía nova base teórica e negava o fator acidental da afecção, concebendo que devia haver um ou vários traumas originando o sintoma, ou seja, concebendo a histeria como afecção psíquica.

O novo pressuposto era o de que quando o trauma se formou, foi-lhe negada uma descarga emocional. A situação traumática levaria a um sentimento penoso porque o trauma havia se produzido numa situação psíquica peculiar ou anormal: estados hipnoides, segundo Breuer. A solução que o método catártico trazia era a de possibilitar uma descarga desses afetos formadores dos sintomas. A partir da rememoração verbal dos acontecimentos causadores do sintoma, a histérica libertaria seu sintoma daquela intensidade afetiva, “[...] tornando-o “inofensivo” e reintegrando-o à consciência.” (MEZAN, 2006, p. 7).

Posteriormente Freud adotou a noção de defesa em detrimento dos estados hipnoides. Os sintomas surgiriam a partir de uma incompatibilidade em sua ideação, ou seja, haveria uma experiência ou ideia que teria provocado um afeto penoso, fazendo com que o sujeito tentasse esquecê-lo para evitar a incompatibilidade entre estas ideias intoleráveis e seu ego.

Efetuando a mudança dos estados hipnoides para a noção de defesa, Freud abandona a hipnose. O próximo passo foi a técnica de concentração, que consistia em pressionar a testa do paciente para que ele pudesse lembrar o que se desejava descobrir. Freud acreditava, naquele momento, que os sujeitos não precisavam daquela “amplificação psíquica” proporcionada pela hipnose, porque eles conheciam os traumas originadores de seus sintomas, e precisavam apenas de um maior esforço para lembrar-se deles. Por isso, quando os pacientes não produziam a recordação buscada, ele insistia até que ela viesse à tona. Justificava que, desde a primeira pressão, a lembrança já estava presente, mas dizia que o paciente precisava aprender a deixar de lado sua autocrítica, e que eles repudiavam a lembrança por ser-lhes desagradável. É a isso que Freud vai chamar de resistência.

Freud percebeu que era a resistência que dificultava o acesso àquelas lembranças, e que ela tentava poupar o sujeito de um conflito que era para ele intolerável, mas que isso tinha suas consequências: “[...] este benefício se conseguia às custas de uma anomalia psíquica, de uma divisão da consciência.” (MEZAN, 2006, p. 18). Neste momento, ele percebia que a hipnose não era uma boa técnica

investigativa, pois se são as resistências que pretendem defender o sujeito dos conflitos, elas deveriam ser identificadas para chegar a seu objetivo. Com o uso da hipnose, ao contrário, as resistências eram impedidas de funcionar e não serviam como um canal possível para a descoberta dos traumas. Com a descoberta das resistências, Freud também nota que aquelas lembranças não eram necessariamente acessíveis aos doentes; elas estariam inconscientes, e, por vezes, nem teriam passado pela consciência em algum momento.

Além de perceber esta divisão psíquica de que sofria o doente, ele percebeu que enquanto as pacientes falavam de seu problema, aquele material recalçado e protegido de chegar à consciência pelas resistências surgia de maneira desorganizada, e que era possível ao analista reconhecê-los mediante interpretação. Chegamos, enfim, ao método da associação livre. O método surgiu como uma exigência de que se falasse sem permitir a autocrítica, o que tornava possível que os conteúdos inconscientes surgissem, mesmo que desordenadamente. Foi uma maneira encontrada para lidar com o problema do recalque, das resistências, do esquecimento, etc. Com a proposta de que se fale e associem-se as lembranças, quaisquer que sejam, torna-se possível o acesso aos conteúdos inconscientes, pois cada associação pode fazer uma alusão àquilo que está recalçado, além de possibilitar que sejam apontadas quais são as resistências, que ficam mais óbvias quando o trabalho de associação parece tornar-se mais difícil (MEZAN, 2006).

No entanto, o próprio Freud irá dizer mais tarde que “devemos [...] ter em mente que a associação livre não é realmente livre” (FREUD, 1996[1925], p. 45). É a artificialidade da situação analítica que o impõe. Dado isso, todo o discurso do paciente é suposto referir-se à transferência – no mínimo, à relação atual entre médico e paciente. Nesse ponto é preciso lembrar também a lição de “recordar, repetir, elaborar”: o que não se pode dizer na associação, surgirá como repetição na transferência. Ainda, parece ser esse fracasso na tarefa da associação livre que conduz ao sucesso do tratamento. Na verdade, é possível afirmar que o método da associação livre, de início, é uma recusa ao método, um passo para trás. É assim que ele comparece na sua cena primeira. Emmy Von N.² (FREUD, 1996[1893-1895], p. 95) revolta-se contra a sugestão do médico, pede para ser ouvida, e desordenadamente entrega a Freud todas as lembranças-chave para o entendimento do caso. Trata-se aí do fracasso do método baseado na sugestão, pela insubordinação da paciente ao mandamento do médico.

É preciso esperar, da associação livre, justamente seu emperramento. Seu maior serviço é apontar a resistência, ou seja, mostrar seu próprio fracasso. Tanto no que tange à execução da tarefa – a associação falta, o paciente julga-se, recusa o que disse, recusa-se a dizer, mente – quanto na execução da tarefa de evitá-la – a associação que falta ou que se recusa insiste, derivada em alusões, no resto da fala. Resta observar a obviedade de que a associação dita “livre” é suposta inteiramente determinada (isso inclui os fracassos ditos acima) pelo inconsciente. Jamais se é livre para dizer “o que se quer”. Ao contrário, a regra da associação livre é a de dizer tudo o que passe pela cabeça, apesar de não se querer.

A ESCUTA, A INTERVENÇÃO

O abandono da hipnose e da sugestão podem assim ser descritos da seguinte forma: reconhece-se que o conjunto técnico é dependente da relação pessoal entre analista e paciente; que, então, é preferível ter os olhos em tal relação. O conceito de transferência responde exatamente a isso, fornecendo ainda um instrumento de manejo. Hipnose e sugestão, portanto, deixam de ser entendidos como técnicas para, a partir do conceito de transferência, serem entendidos como parte do próprio jogo amoroso que o conceito descreve. A hipnose é descritível como “devoção ilimitada de alguém enamorado” (FREUD, 1996[1921], p. 124); A transferência é descrita como “o mesmo fator dinâmico que os hipnotistas chamam de ‘sugestionabilidade’” (FREUD, 1996[1925], p. 47).

Por outro lado, é preciso reconsiderar o papel da sugestão. Primeiro, pelo enorme risco de que o sugestionado tenha como alvo uma angústia que é mais do analista que do paciente. Freud assustou-se com a possibilidade das cenas e fantasias narradas por seus pacientes terem sido induzidas por ele próprio, ao demandá-las em hipnose ou com a técnica da pressão, no afã da confirmação da sua teoria (FREUD, 1996[1925]). Ainda, porque a sugestão oferece uma saída simples demais, um arranjo pronto oferecido ao paciente, que o poupa da tarefa mais difícil porém mais lucrativa de uma “alteração permanente em sua economia mental” (FREUD, 1996[1925], p. 47), no enfrentamento da angústia e da resistência. É verdade, no entanto, que há sugestão. Porém, ela é mínima, e trata-se da própria regra de ouro da associação livre: diga o que quer que lhe venha à mente.

Magno (1994) coloca, sobre as relações da psicanálise com a hipnose e a sugestão, uma fórmula interessante: que na sugestão analítica, trata-se de sugerir a não-sugestão. A fórmula esclarece tanto a regra da associação livre quanto a escuta que lhe é oferecida. O analista abstém-se de sugerir mais do que a continuação da fala do paciente, sem qualquer tipo de direcionamento – ou seja, de sugestão.

A arte da interpretação encontra nisso mesmo uma espécie de regramento. Ora, aqui há sugestão de fato, mas podemos pensá-la, a partir da ideia de Magno (1994), como uma “não-sugestão”, ou ainda, uma “contra-sugestão”.

É o que podemos entender também em Freud(1996[1914]: em “O manejo da interpretação na psicanálise”, texto que abre os artigos sobre técnica. Não por acaso, o texto trata, não de conselhos técnicos positivos, que dariam um caminho a seguir, mas de uma tentativa de limitação da técnica. O aviso é que não se tome a interpretação (dos sonhos, no caso) como o objetivo principal do trabalho analítico. Se isso acontece, perdemos o contato com a atualidade, além de fornecer material para a resistência do sujeito. A direção não é dada pela necessidade ou vontade de interpretação, mas pela regra maior de “a primeira coisa que vem à cabeça do paciente é a primeira coisa a ser tratada” (FREUD, 1996[1914], p. 102), ou seja, pela regra de ouro da associação livre.

“Construções em análise” (Freud, 1996[1937]) nos coloca mais elementos interessantes. Apontemos a reflexão sobre o valor da intervenção (para não precisar escolher entre construção e interpretação). Ele é tomado não a partir da acei-

tação ou rejeição do paciente, mas sim a partir da produção de associações que a intervenção desperta. Mesmo uma intervenção errada, segundo Freud, não é um perigo tão grande assim. Pode ser que a isca falsa figue uma “carpa de verdade”, ou seja, que a intervenção errada produza associações. Para se desencaminhar o paciente seria preciso, segundo Freud (1996[1937], p. 301), “se comportar muito incorretamente: [o mau analista] acima de tudo, teria de se culpar por não permitir que seus pacientes tenham a oportunidade de falar”. O lugar da interpretação, da construção, enfim, da intervenção do analista não é o da verdade, seja filosófica, científica ou médica, sobre o sofrimento do paciente, mas simplesmente uma intervenção no sentido de superar uma resistência, de fazer com que, portanto, a fala possa continuar. O princípio da associação livre, mais uma vez, está na frente.

Notemos que é possível articular aí a crítica de Lacan à ortodoxia psicanalítica de sua época, que consiste em apontar nela o desejo de calar a boca dos pacientes, de “transformá-los em luas” (LACAN, 1985 [1954-1955], p. 304) na boa intenção de promover neles a integração da personalidade e o fortalecimento do eu, oferecendo para isso o próprio analista como modelo para identificação. Lacan denuncia os engodos contidos nisso: os narcísicos, mais gritantemente o oferecimento de si como modelo de eu forte e saudável, da parte do próprio analista, mas ainda a própria fê na possibilidade da integração total da personalidade; os técnicos, decorrentes dos narcísicos, no que o tratamento deixa-se reduzir a uma ortopedia do eu, desviando do que Lacan chama de simbólico – e que toma seu modelo exatamente no exercício da associação livre, como deriva da cadeia significante – para o registro do imaginário, onde o fechamento da forma dita a lei. Tratar-se-ia aí das antípodas da postura analítica de Freud.

De forma simples, poderíamos dizer que a escuta oferecida na análise reside no ato, por parte do analista, de sustentar a associação do paciente. De nada adiantaria a suspensão de auto-crítica do lado do paciente se não houvesse, do lado do analista, suspensão de toda crítica quanto ao que ele ouve, e assim de toda vontade de sugestão. É necessário, portanto, que também (e sobretudo) a escuta seja livre.

A atenção flutuante é, de acordo com Freud, a contrapartida da associação livre (FREUD, 1996[1914]). Mantendo uma escuta flutuante, o analista também deixa seu inconsciente associar livremente e não tenta memorizar ou selecionar trechos do discurso do analisando que, conscientemente, lhe pareçam importantes de destaque. É este julgamento que é dispensado na técnica, afinal, quando selecionamos o que escutar, nos arriscamos a não saber nada além do que já sabemos, ou além do que pensamos que já sabemos. Em Freud (1996[1914], p. 129) se lê:

Assim como o paciente deve relatar tudo o que sua auto-observação possa detectar, e impedir todas as objeções lógicas e afetivas que procuram induzi-lo a fazer uma seleção dentre elas, também o médico deve colocar-se em posição de fazer uso de tudo o que lhe o que lhe é dito para fins de interpretação e identificar o material inconsciente oculto, sem substituir sua própria censura pela seleção de que o paciente abriu mão. Para melhor formulá-lo: ele deve

voltar seu próprio inconsciente, como um órgão receptor, na direção do inconsciente transmissor do paciente.

No seminário 15, “O Ato Analítico”, Lacan (1992 [1967 – 1968]) (apresenta tanto a associação livre quanto a atenção flutuante como uma postura de “não pensar”. O que se apresenta na proposta de associar livremente, diz ele, é que o analisando não procure saber se está ou não por inteiro, como sujeito; a fala dele é, assim, desprendida. Lacan defende que o que resiste não é o sujeito em análise, mas o discurso, na medida em que se escolhe. A solução é a de que ele “não pense”, não escolha ou selecione. E da mesma maneira deve ser para o analista. Para que o analista esteja ali como “inconsciente receptor” é preciso menos o entendimento e a compreensão (sobre o paciente ou a teoria), do que tal postura de “não pensar”, derivada da técnica da atenção flutuante.

É digno de destaque que quando falamos que é o inconsciente do analista que vai escutar e associar, não podemos disto conceber que já está resolvida a questão do manter livre a escuta do discurso; afinal de contas, o próprio analista tem suas resistências. Retomando a explicação de Magno, diríamos que, estando envolvido em sua própria maranha, seria complicado, senão impossível, àquele analista a neutralidade. Ele poderia não selecionar deliberadamente, mas selecionaria, então, inconscientemente: suas associações o levariam a emaranhar-se em suas próprias resistências, fazendo-o não escutar tão livremente. Eis porque Magno deve insistir que se trata sempre de passagem ou de requisição da neutralidade. Ela nunca é uma conquista duradoura, nunca é garantida. Há sempre empuxo da maranha. Eis por que, também, é preciso insistir no papel da análise pessoal como peça fundamental da formação do analista. É enquanto analisando que acontece o primeiro exercício de neutralidade: a primeira “escuta flutuante” se dá, certamente, frente à sua própria fala, ao seu próprio sintoma e sofrimento. Magno retoma quanto a isso, algo parecido com a antiga ideia de Freud de que o analista deve retornar ao *divâ* de tempos em tempos, e contrapõe-se às ideias de fim de análise e de passe de Lacan. A análise que visa o surgimento de um analista é interminável, não há fim pensável para isso. Trata-se menos de pensar no modelo do trabalho terminado (mesmo que se leve em consideração todas as nuances que Lacan aponta nisso) do que no modelo de uma prática, de um exercício, quase de um treinamento.

Isso nos leva de volta a um de nossos pontos iniciais, a contra-transferência. Seu controle seria o principal ganho da postura de neutralidade, segundo Freud (cf. acima). Seria, também, um dos principais argumentos para que a formação do analista passasse pelo seu próprio processo de análise. Uma análise completa seria, assim, a garantia para o futuro psicanalista de eliminação, ou no mínimo de controle, da contra-transferência. Há, no entanto, algumas ponderações que devem ser levadas em conta. São levantadas por Lacan, em seu oitavo seminário, “A transferência” (LACAN, 1992[1960-1961]). Se isso está articulado, como parece, com a suposta realização completa da análise do analista, a coisa parece ser impossível, pois inconsciente não se esgota; ainda, se esgotasse, privaria o psicanalista em formação de seu principal instrumento de trabalho. A atenção

flutuante de Freud é escuta do inconsciente, não somente no sentido de que é o que se ouve ali, mas sobretudo no sentido de que é com isso que se ouve (comunicação dos inconscientes, virar seu inconsciente como órgão receptor, etc). A contra-transferência é, dessa forma, não apenas inextinguível, mas “necessária” ao acontecimento da análise.

A neutralidade analítica não é, então, da ordem da apatia estoica, “insensível às seduções, como às sevícias eventuais” (LACAN, 1992[1960-1961], p. 185-186). O analista ama, odeia, se alegra e se deprime com seu analisando. Trata-se, aliás, de bem observá-lo sempre, pois aí se reconhece a “comunicação entre os inconscientes”. Quanto melhor o analista for analisado, mais isso se torna possível.

Haveria a possibilidade, então, de discernir talvez a boa e a má contra-transferência? Uma coisa é uma espécie de reatividade colocada aí, plenamente dizível em termos de neutralidade: o sentimento do analista lhe fornece o material da interpretação. Outra, é que o que se passe não seja simplesmente reativo, mas sim de parte do próprio analista. Haveria aí impedimento, então?

O grave disso é que essa “parte do próprio analista” está sempre em jogo. Em primeira instância, porque há o inconsciente do analista (é a própria ferramenta de trabalho, a contra-transferência coincide com a comunicação dos inconscientes); ainda, porque há uma “suposição de saber” inescapável, a que diz que há inconsciente (premissa sem a qual a análise é impensável). Escamotear essa suposição seria escamotear a transferência e o desejo do próprio analista.

O desejo e a transferência do analista devem ser plenamente levados em consideração e mantidos, como na linguagem freudiana, “sob controle”. Mesmo e sobretudo suas mais nobres aspirações: o desejo de tornar o paciente uma pessoa melhor, o desejo de instruí-lo, o de curá-lo, o de vê-lo em estado de não-sofrimento, enfim, as aspirações que quase podemos esperar de quem se interesse pela prática clínica são expressamente barradas por Freud, em suas recomendações aos médicos que exercem psicanálise (FREUD, 1996[1914]).

Isso nos leva a questões éticas importantes. Primeiramente, o que visa uma análise? É suficientemente comentada a incompatibilidade da ideia de cura própria à análise com a ideia de cura proveniente da medicina. Normalidade, bem estar, funcionamento correto do sistema (orgânico ou psíquico), enfim, noções tradicionalmente ligadas à cura médica encontram enormes dificuldades de se sustentar dentro do quadro psicanalítico. Se elas não deixam de ser consideradas (é sabido que Freud responde a essa questão dizendo que um sujeito saudável é aquele que consegue trabalhar e amar), também não deixam de ser considerado o seu avesso (ainda em Freud, a ideia de que uma análise não é terminável, ou ainda, que o mal-estar não é eliminável). Ainda – questão que já levantamos, e na qual Lacan muito insiste, e com alto preço para ele – o que quer um analista? Aqui, também, dois lados da questão: a aproximação com a figura do cirurgião propõe um esvaziamento do tema, uma aproximação assintótica ao zero de desejo (ele nada mais quer senão levar a operação a termo), ao mesmo tempo que as suposições de base da psicanálise indicariam para outro lado (sempre há desejo).

A ÉTICA

É assim, em separado como no sub-título, que o mundo acostumou-se a pensar, por bons 500 anos, as relações entre os termos *técnica* e *ética*. É possível afirmar mesmo que o grande avanço do movimento científico só pôde se dar na medida mesma dessa separação. A ciência nasce exatamente no que se desfaz a sinonímia aristotélica que propunha que conhecer era ao mesmo tempo ser um homem melhor, saber portar-se melhor no mundo.

Na ciência, nada disso. Conhecer o mundo, para Galileu, não implica em conhecer ao mesmo tempo “as crônicas e as nobrezas particulares das figuras” (CALVINO, 2000, p. 93) – que, no esquema aristotélico, determinam a hierarquia do mundo, e portanto serve de guia ao mesmo tempo epistêmico e ético. Desamarrado do campo da ética, a ciência abriu-se para a pura técnica, para uma operação de conhecimento que nada implicaria em qualquer mudança de posicionamento subjetivo.

Em nada implicaria: pois implica. O terreno subjetivo, por um lado esvaziado, por outro protegido por essa afirmação, compra a ideia totalmente. Eis o que Lacan articula quanto ao sujeito da ciência. Foracluído pelo esvaziamento operado pela ciência, ele retorna não só no terreno do sintoma neurótico, mas também numa subjetividade vazia ao mesmo tempo que protegida pela técnica. Isso, apesar dos esforços freudianos. Freud recoloca em cena os aspectos subjetivos do sofrimento, esvaziados por uma medicina que enxergava apenas a peça anatômica, e tomava a mentira histórica como pura prova de descrédito. Se isso dá novo espaço para se pensar a subjetividade, para além de simples fingimento ou besteira de dondoca, os dias contemporâneos são marcados novamente pela medicalização do sofrimento. Não mais pelo descrédito do que é subjetivo, mas sim pelo seu zelo: o discurso hoje é o de radical separação entre a subjetividade salvaguardada e o sofrimento biologizado. Estar deprimido, louco ou fóbico nada tem a ver com o sujeito, mas com a química cerebral. Assim, podemos ser do jeito que quisermos, querer o que quisermos, pensar o que quisermos, pois garantem-nos que nada disso nos fará sofrer. Por dois ótimos motivos: em primeiro, porque nos fornecerão as drogas certas; em segundo, porque o sofrimento nada tem a ver com o que queremos, pensamos ou somos, mas com o desequilíbrio da química do cérebro. Qualquer semelhança com a piada sobre a chaleira furada que Freud conta na interpretação dos sonhos não é mera coincidência (FREUD, 1996[1900], p. 154).

No entanto, há uma dificuldade no próprio texto freudiano que precisa ser observada: seu extremo e constante descrédito pela ética (FREUD, 1996[1914], p.181; FREUD, 1996[1930], p. 127-136). Pode-se argumentar que tal recusa não é quanto ao campo ou às questões éticas, mas sim quanto às éticas de seu tempo: moralizantes, pedagogizantes, superegoicos, recalcentes, enfim. Tratar-se-ia, portanto, de acordo com uma gasta divisão dos tempos contemporâneos, de substituir os mandamentos morais dos tempos de Freud pelo questionamento ético propriamente dito, de modo que a recusa de Freud não seria propriamente

ética, mas moral. Não nos parece que isso seja resolvido de forma tão simples, no entanto. Não apenas pela desconfiança que nutrimos quanto aos significantes gastos, mas também porque a recusa é explícita demais.

Roland Barthes, em seu curso sobre o neutro, já previa que o termo “ética” fosse entrar na moda (BARTHES, 2003, p. 20). É exatamente nesse terreno que ele também, como já colocamos, propõe que se entenda seu neutro. Ele o define como uma burla, como “tudo aquilo que burla o paradigma” (BARTHES, 2003, p. 16). Tal paradigma é pensado a partir da linguística estrutural de Saussure: trata-se, em última instância, da própria noção de uma estrutura binária, onde o sentido se produz na escolha de um polo da oposição em detrimento do outro. É interessante que se leia, nas anotações que compõem o volume de Barthes, a alternância do termo “oposição” (que em geral apreendemos como remetendo a uma estrutura abstrata, a uma operação lógica) e do termo “conflito” (que podemos, para criar a oposição, remeter a uma tensão sensível, a uma ação beligerante). Ora, a língua em Barthes não se coloca como campo de debate, de conversação, de acordo. A língua não previne a guerra, mas a realiza: é um terreno de guerra e de conflito. Não é um convite ao entendimento, um espaço exterior ao poder, seja social ou bélico, mas sempre a imposição do mal-entendido, do impasse quanto ao sentido. Barthes desloca também a ideia de que uma língua se faz de interdição e permissão. Em sua aula inaugural no Collège de France, ele cita Jakobson, para quem um idioma é menos feito pelo que ele permite ou interdita, do que pelo que ele obriga a dizer (BARTHES, 2003, p. 12). Até no nível mais elementar, se é obrigado a escolher entre este ou aquele sentido, entre este ou aquele polo do conflito. Onde há oposição, há conflito, e portanto, sentido. Este se assenta no conflito, de modo a, digamos, resolvê-lo pela escolha de um dos termos. O projeto de Barthes coloca-se então como uma “criação estrutural”, por meio da colocação de um terceiro termo que neutraliza a oposição em jogo, na tentativa de escapar dessa obrigação de escolha.

Ainda sobre a concepção de língua em Barthes, ela é um terreno de guerra “sem fora”. O neutro então não pode ser uma tentativa de purificação nem de separação. Impossível uma purificação metodológica qualquer, pois todo laboratório seria construído pela própria variável estranha. Toda tentativa disso, de metalinguagem ou metadiscurso purificado por estes ou aqueles motivos, resulta apenas na produção de linguagem ou discurso, sujeita a todo o resto. Lacan está plenamente de acordo com isso (não há metalinguagem).

Esse espaço sem fora, aliás, é essencial no pensamento da psicanálise. Remete ao eu-prazer original, auto-erótico, de onde, aliás, Freud parte para responder a Romain Rolland no “Mal-estar” (FREUD, 1996[1930], p. 73-81). Remete também ao próprio método psicanalítico. Se o paciente, em meio à associação, lembra-se subitamente de algo suposto radicalmente exterior ao do que se trata no consultório, a lista do supermercado ou o que quer que seja, imediatamente será informado que existe uma ligação entre isso e o de que ele vinha falando. Uma possível descrição do que é o método analítico, baseado na associação livre e na escuta flutuante, é que vale o que quer que se diga. Nada do que se apresente na análise lhe é exterior. A análise, desse ponto de vista, não tem fora.

O neutro de Barthes não é uma posição que se quer exterior, despedada do jogo dos conflitos. Ao contrário, ela é pensada a partir mesmo de dentro do jogo dos conflitos (pois não há fora disso). Assim, não se pode pensar o neutro como “impressões de grisalha”, como o indiferente, o neutro exterior (BARTHES, 2003, p. 18), ou ainda, como propõe Laplanche, a partir do vocabulário diplomático. O neutro não remete a um lugar pacífico, inafetável, mas a “estados intensos, fortes, inauditos”. A burla do paradigma é uma atividade candente, e que não recusa suas consequências: extrapola a marcação epistemológica do campo dito linguístico e vai diretamente ao campo da ética. É nele que se mostra a potência de pensar a oposição como conflito, o sentido como escolha, o neutro como burla.

A própria ética é pensada por este autor como espaço sem fora, o que coloca Freud na berlinda. Barthes (2003, p. 20) anuncia muito bem:

Em Marx, em Freud, não há discurso da ética: eles não adotaram (ou não quiseram adotar) os meios de ter uma ética; ou melhor, talvez neles a ética tenha sido reprimida. Mas, na verdade, ética é coisa que sempre existe, em todo lugar; só que fundamentada, assumida ou reprimida de modos diferentes: é coisa que permeia todo discurso.

Parece então que Barthes pensa que ética é coisa muito próxima, ou coincidente, com a própria noção de sentido: trata-se da escolha mediante a oposição, o conflito.

Se concordarmos com Barthes na descrição da ética como espaço sem fora, logo a recusa em proferir um discurso sobre a ética é imediatamente inscrita no campo ético. A saída que Freud propõe para o problema é menos a da liberdade do que a do reconhecimento do caráter constitucional (Lacan diria estrutural) do próprio problema. Estamos de cara com o Mal-Estar na Civilização: programados para o prazer, ainda que o programa esteja fadado ao fracasso. À pergunta “como viver?”, ou ainda “como viver com os outros?” (ou seja, as questões éticas) tem dele, uma resposta franca: “não se sabe”, com o clássico adendo “fale mais sobre isso” (mas sempre preparado, claro, para que o silêncio se imponha).

NOTAS

¹ Neste artigo, os textos que fazem parte da compilação denominada “Artigos sobre técnica” (FREUD, 1996[1914]) serão referenciados por seus títulos, quais sejam: “O manejo da interpretação de sonhos na psicanálise” (1911); “A dinâmica da transferência” (1912), “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise” (1912), “Sobre o início do tratamento” (1913), “Recordar, repetir e elaborar” (1914) e “Observações sobre o amor transferencial” (1915).

² Na Edição da Imago de 1996, não consta data de publicação deste caso clínico. No relato de Freud, ele delimita o acompanhamento do caso como ocorrido em 1888. James Strachey questiona esta delimitação temporal e sugere que tal acompanhamento foi feito em 1889.

REFERÊNCIAS

ASSOUN, P. L. *Metapsicologia freudiana: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

BARTHES, R. *O Neutro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, R.. *Leçon*. Paris: Seuil, 1978.

CALVINO, I. O livro da natureza em Galileu. In: _____. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985. p. 89-95.

COELHO, D. M. Sobre a questão de uma Weltanschauung: entre delírio e conhecimento. *Cadernos UFS: Psicologia*, São Cristóvão, v. 9, n. 2. p. 7-21, 2007.

FREUD, S. Estudos sobre a histeria (1893-1895). In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 2. Edição Standard Brasileira.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos (1900). In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 4-5. Edição Standard Brasileira.

FREUD, S. Artigos sobre técnica (1911–1915[1914]). In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. v. 12, p. 111-230. Edição Standard Brasileira.

FREUD, S. Além do princípio do prazer (1920). In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 18, p. 11-85. Edição Standard Brasileira.

FREUD, S. Carta 69 (1897). In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 1, p. 350-351. Edição Standard Brasileira.

FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego (1921). In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 18, p. 77-154. Edição Standard Brasileira.

FREUD, S. Construções em análise (1937). In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 23. Edição Standard Brasileira.

FREUD, S. Um estudo autobiográfico (1925[1924]). In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 20. Edição Standard Brasileira.

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.21, p. 73-171. Edição Standard Brasileira.

LACAN, J. *O seminário: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (1954-1955). Rio de Janeiro: Zahar, 1985. Livro 2.

LACAN, J. *O seminário: A transferência* (1960 - 1961). Rio de Janeiro: Zahar, 1992. Livro 8.

LACAN, J. *O seminário: O ato psicanalítico* (1967 – 1968). Rio de Janeiro: Zahar, 1992. Livro 15. Inédito.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário de psicanálise*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Tradução Pedro Tamen.

MAGNO, M. D. *A natureza do vínculo: Seminário 1993*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

MAGNO, M. D. *Pshychopatia Sexualis: Seminário 1996*. Santa Maria: UFSM, 2000.

MEZAN, R. *Freud: a trama dos conceitos*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

Recebido em: 23 de julho de 2010

Aceito em: 21 de março de 2012

